



MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS: MEMÓRIAS, LUTAS E PRODUÇÃO SUBJETIVA

FARIAS, Francisco Ramos de
Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
frfarias@uol.com.br

OROZCO, Rafael Andres Patino
Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social
rafael.patigno@yahoo.es

237

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os sentidos dos protestos ocorridos no mês de junho de 2013 no Brasil e identificar se esses eventos podem ser considerados produtos e produtores de novas subjetividades. A pesquisa fundamentou-se nos pressupostos da Psicologia Social Crítica, utilizando o método de análise de documentos divulgados pela mídia como aproximação aos testemunhos dos protestadores. A categorização foi feita em uma unidade construída pelo programa Atlas-ti. Conclui-se que os protestos expressam traumas, formas de mal-estar social na contemporaneidade, indignação em relação a eventos considerados moralmente injustos, alternativas de transformação social, formação de grupos radicais que advogam a violência como forma de ação e, enfim, poder e resistência em relação à legitimação de outras formas de participação pública.

Palavras-chave: Movimentos sociais, mal-estar contemporâneo, subjetividade

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the meanings of protests in June 2013 in Brazil, and identify if such events can be considered as products and producers of new subjectivities. The research was based on Critical Social Psychology. We used document analysis method to approach the testimony of the protesters, reproduced by journalistic website. The categorization was done in a hermeneutic unit builder in the Atlas-ti program. It was identified that the protests may be signs of trauma and contemporary social discontents. Protests express indignation at events considered morally unjust, and motivate the creation of alternatives for social transformation, but also can result in the formation of radical groups that advocate violence as a form of protest. The protests represent forms of power and resistance, toward lack of legitimacy of the rulers and traditional channels of public participation.

Key-words: Social movements; contemporary discontents; violence.



1. Introdução

A passagem da modernidade à pós-modernidade, considerando que isso de fato aconteceu, caracteriza-se pelo fracasso dos ideais modernos de emancipação, felicidade e prosperidade que a ciência e a razão haviam prometido alcançar. Já se passaram mais de trinta anos desde que Lyotard (1987) proclamasse o fim da Era Moderna. No entanto, para alguns, nem mesmo teríamos alcançado à Era da Modernidade, pois faltaria ao homem da contemporaneidade muita coisa para ser moderno, como bem assinala Latour (2009). Apesar de divergências e concordâncias sobre essa questão, observa-se, cada vez mais, como se produzem transformações sociais e culturais articuladas ao avanço da tecnologia, especialmente da internet, configurando uma época em que as informações são transmitidas em uma velocidade quase incalculável, que atinge praticamente todo o planeta, de tal modo que “nem sempre é possível distinguir as fronteiras, mas podemos nos perguntar sobre os modos implicados nas práticas contemporâneas de registros em *bits*” (DANTAS e DODEBEI, 2012, p. 114). Eis um novo cenário em relação ao qual o homem não pode ser indiferente, nem adotar a postura de desconhecimento, uma vez que é constantemente bombardeado por informações difundidas por diferentes meios em velocidades ínfimas. Estamos diante de um mundo transformado ou nos aproximamos da ideia de progresso?

Pelo menos, no campo da transmissão de informações podemos seguramente atestar a ideia de um considerável progresso. Quanto a isso não pode haver nenhum questionamento, pois o instrumental produzido na última metade do século XX alargou, de forma nunca imaginada, as fronteiras aproximando homens e culturas de diferentes pontos do planeta. Isso funciona tanto para fins pacíficos quanto para fins destrutivos. É com relação a essa segunda possibilidade que a Modernidade é colocada em xeque.

O fracasso anunciado pelos pós-modernos confirma-se na contemporaneidade no novo *status* do terrorismo, nas guerras justificadas com o argumento da justiça e a proteção (que ocultam interesses econômicos) e no auge da sociedade de consumo que se apresenta como a nova portadora da felicidade.

Há sempre em oferta um objeto a disposição do consumidor, na qualidade de um bálsamo para seu sofrimento. Não obstante, a posse desses objetos não é garantia de felicidade, sendo tão somente mais um engodo que faz o homem confrontar com a desilusão inevitável no percurso de sua existência, não tendo meios de evitar o encontro com sua fragmentação. Isso



deve-se ao fato de que “a sensação em nossa pós-modernidade, o gosto em nossa boca, é de mal-estar. O mercado constituiu-se em templo do capital - de meio, de instrumento, causa eficiente para a produção e distribuição de riqueza, tornou-se direção, tendência, causa final da atividade produtiva, além, demasiado além dos valores do humanismo” (OLIVEIRA, 2004, p. 303).

Nisso vê-se perfilar uma verdadeira inversão de valores com banalização tanto da vida quanto da morte, o que produz, no homem contemporâneo, verdadeiros estados de impotência e apatia, porém marcados de sofrimento e revolta. Além dos esforços para conservar as mínimas condições de saúde psíquica, o homem do presente cotidiano tem de se engajar em projetos para resgatar a condição de cidadania, quase sempre, ignorada pelo tecido social, seja pelas transformações que têm lugar no mundo contemporâneo em termos da banalização da dor; seja pela efemeridade das relações sociais face ao consumo exacerbado e ao concentracionismo de bens, pontos que também se encontram inscritos no imaginário do criminoso.

Ao mesmo tempo, a ordem política mundial parece estar se reorganizando com a entrada em cena de vários países chamados emergentes (entre eles o Brasil), com renovado vigor econômico e político, enquanto que a Europa e os Estados Unidos permanecem em uma crise econômica que eles mesmos qualificam como “mundial”, apesar de afetar especialmente os “países centrais” (SANTOS, 1998). Seria a crise mundial uma espécie de racionalização com potencialidades para levar ao delírio, ou é simplesmente o resultado natural do sistema político-econômico imperante, que funciona na lógica de um eterno retorno, no qual os capitais tendem a se acumular apesar das promessas de prosperidade?

Há nessas circunstâncias uma questão que se evidencia: por um lado o homem deve resistir às forças que o oprimem e até mesmo recusar programas compensatórios de assistencialismo; por outro, as expressões opressoras da civilização não podem ser completamente suprimidas.

Nesse sentido, a vivência da condição de submissão segue sendo opressora pelo fato de haver nesse tipo de vivência a constatação de um agente dominante que tanto pode ser a dominação de um homem por outro quando a dominação do estado em relação a determinados grupos sociais, como, por exemplo, no descumprimento de determinadas políticas públicas. Certamente essas condições de submissão podem muito bem funcionar com a possibilidade de emergência do sujeito encarregado de ações reivindicatórias.



Mas, devemos compreender que, no contexto da submissão frente à dominação não pode haver “um sujeito com anterioridade à submissão e sim existe uma necessidade de saber gramaticalmente induzida de quem experimenta a submissão para tornar-se sujeito” (BUTLER, 2011, p. 131).

Com isso queremos assinalar que a submissão produz em um ato de instantaneidade no momento em que a dominação é percebida enquanto tal, sendo portanto duas formas relacionais que produzem sentidos para si próprias, ou seja, na reprodução das relações sociais o par submissão-dominação emergem de forma instantânea, sendo que um é condição para a existência do outro, sendo também a possibilidade de produção subjetiva.

Convém assinalar que a submissão pode ser uma forma de reivindicação pela resistência e poder produzidos para ir de encontro a uma ideologia massificante. Desse modo, os movimentos sociais poderiam ser considerados como desafios pacíficos a uma ordem estabelecida e mantida como estável, mas que escamoteia dinâmicas de desigualdades. Sendo assim, as ações de protestos são a caminhada em busca de reconhecimento, porém em um movimento de diferenciação de condições homogeneizantes e totalizadoras. Poderíamos caracterizá-las como rituais no âmbito das relações sociais.

Trata-se de experiências vividas que se revestem de traços confirmatórios da condição de sujeitos ou de grupos que se lançam projetos para expressarem ideais de transformação, ao mesmo tempo em que sinalizam formas de insatisfação em relação àquilo dado como imutável. Desse modo, são movimentos de não aceitação de dadas práticas sociais.

Então os movimentos de opressão, de dominação fazem parte do processo civilizatório, sendo mesmo uma de suas partes integrantes. Contudo, não devemos ignorar o fato de que os movimentos de resistência podem, em muitas situações, legitimar estados de violência. Desse modo, o mundo atual assenta-se em um cenário bastante movediço, onde há uma marcada descrença nos valores do passado, ou seja nas tradições, e, ao mesmo tempo, uma falta de esperança no futuro. Isso agudiza o estado de desamparo e, conseqüentemente, acirra o individualismo como forma de busca de apoio e de proteção, chegando, às vezes, a posturas negativistas. Certamente, fazemos alusão a diferentes formas de violência.

Por um lado, temos a violência inerente a um sistema que se manifesta como modalidade de dominação física e também como coerção pela opressão que subsidiam formas de exploração. É nesse ponto que reside a violência sistêmica do capitalismo “muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma direta de violência social e ideológica



pré-capitalista: essa violência já não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas más intenções, mas puramente objetiva, sistêmica, anônima” (ZIZEK, 2009, p. 20). Desse modo, propaga-se uma onda na qual determinados grupos viabiliza, de forma cabal, a presença do mal que deve ser combatido. Trata-se do mal relativo à desagregação social, à falta de perspectiva em termos de uma vida futura; bem como a outros possíveis monstros que, imaginariamente, povoam a mente do homem dos dias atuais, fomentando o seu mal-estar e sua insatisfação, de uma forma quase generalizada de individualismo e alheamento.

Por outro, espraia-se um mal-estar que atinge a todos, sejam os consumidores vorazes que, em função do maciço descarte, poluem o ambiente de forma irreversível; sejam aqueles que vivem na mira de ameaças que inviabilizam qualquer possibilidade de manutenção de laços sociais, como os atentados, por exemplo; sejam aqueles que cegam-se propositadamente diante de péssimas condições de vida em determinados setores da população; sejam aqueles que compram, a preço bem oneroso, escudos protetores em condomínios fechados, entre outros.

Nisso temos o confronto entre contrários que, de forma contrastante, alinham-se para dar sustentação a determinadas condições de vidas que ignoram o avançado processo de devastação produzido, bem como suas consequências. Na medida em que esses contrastes de alinham, o resultado é a atualização da ideologia que expressa seu contrário: a segurança deve ser garantida para proteção da violência. Ora, é nesse ponto que a violência simbólica, na sua forma mais pura, manifesta-se em seu contrário: a segurança.

Mas esse alinhamento não acontece sem produzir ruídos pelos efeitos causados. Aqueles que vivem sob a égide da segurança estão inquietos, pois cada vez mais, veem-se obrigados a se protegerem da violência. De igual maneira, aqueles que estão no contexto das práticas violentas de devastação banalizam as suas ações, sem vislumbrarem a possibilidade de ações que sejam fruto de negociações. De certo modo, opera-se radicalizações em formas de individualismo extremado que muito se aproxima de posturas egoístas, nas quais se evidenciam claramente fortes expressões de ódio ao semelhante.

No entanto, apesar do reinado do individualismo, existem expressões coletivas que poderiam ser signos desse mal-estar. Algumas dessas expressões são os movimentos sociais, entendidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011), adotando diferentes formas como marchas, mobilizações, passeatas, distúrbios da ordem, entre outras.



O mundo vê surgir hoje movimentos sociais sob a forma de protestos e manifestações localizadas em países separados por milhares de quilômetros, com culturas e com sistemas de governo diferentes, que realizam reivindicações e reclamações a favor de transformações sociais, mudanças de governantes, melhores condições de segurança, entre outras, como nunca se observou desde maio de 1968. Quem são esses grupos que fazem essas reivindicações? Quais seus projetos de vida? O que vislumbram em termos de futuro? Essas são questões intrigantes, pois as pautas de reivindicação, às vezes, são expressões manifestas de um estado latente de insatisfação dificilmente detectável e reconhecido pelo próprio sujeito ou pelo grupo. Indagaríamos: se as reivindicações desses grupos fossem prontamente atendidas, isso aplacaria o mal-estar? Teremos de refletir em uma linha contrária, uma vez que constatamos que mesmo após o atendimento a uma pauta, outra em cena e assim por diante, parecendo que as pautas são verdadeiras desculpas para que determinados grupos sejam reconhecidos e determinados sujeitos se produzam delimitando os territórios que marquem as suas fronteiras subjetivas.

Na Europa tais protestos abrangem países como a Espanha, onde milhares de *indignados* saíram para defender o estado de bem-estar perdido durante a crise que levou os jovens à condição de “nem nem” (*ni ni*), denominação espanhola para os excluídos do mundo do trabalho e da escola.

No Meio Oriente a Primavera Árabe levantou-se contra os regimes totalitários em países como Líbia, Egito e Síria.

Na América Latina os protestos e movimentos sociais abrangem vários países e por motivos diversos: no Chile, as Marchas dos Estudantes pela reforma da educação tiveram eco mundial.

Na Colômbia pululam as manifestações de estudantes, camponeses, agremiações de trabalhadores e vítimas do conflito armado¹. Na argentina os *piqueteiros*² são descritos como movimentos com uma composição heterogênea que afirmam uma radicalidade anticapitalista (SVAMPA, 2008).

Embora em cada país a população tenha motivos e formas diferentes de reclamar, existem elementos em comum que vinculam este fenômeno de forma global. Além da coincidência temporal, a internet facilitou o acesso à informação, antes monopolizada mais

¹ Para um estudo mais detalhado situação das vítimas do conflito armado na Colômbia é possível consultar a tese de doutorado « Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia » de autoria do segundo autor defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em 2013, na Universidade Federal da Bahia.



facilmente pelos donos dos meios de comunicação e os governos, favorecendo a organização dos manifestantes e a demanda de mudanças sociais, culturais, ecológicas, econômicas e políticas.

No Brasil, por sua vez, milhões de pessoas saíram às ruas nas Manifestações de junho de 2013 iniciadas por estudantes em contra do aumento das passagens do transporte público. Apesar de que antes de tais protestos já existiam no país diversos movimentos sociais, entre eles os associados à demanda pela terra e pela habitação como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), nenhum deles logrou convocar à população para participar de protestos como as dimensões das Manifestações de junho de 2013. Como é possível que tais protestos acontecessem em um momento em que o país que se orgulhava ter diminuído radicalmente as taxas de pobreza nos últimos 20 anos, de manter uma taxa baixa de desemprego, de sediar os eventos esportivos mais importantes do planeta e de ocupar um lugar de privilegio no mapa geopolítico mundial?

Reconhecemos que não existe clareza sobre a significação dos protestos no Brasil, porque se na Europa aconteceram durante um período de crise econômica e recorte de privilégios, e na Arábia foram apresentados como a resposta a regimes totalitários; no Brasil é necessário perguntar por que tais protestos surgem durante um período de crescimento econômico e diminuição dos índices de desemprego e pobreza.

Em um artigo publicado antes do início das manifestações brasileiras Cardoso (2013) afirmou que “no Brasil, a recorrência no tempo da taxa “nem nem” de exclusão (que lhe confere um caráter estrutural) não produziu os mesmos protestos que na Europa, em parte porque ela afeta mais as classes subalternas e as famílias mais pobres”³. (310)

Por outro lado, apesar da existência de altas taxas de jovens na condição “nem nem”, as condições econômicas favoráveis no Brasil, distintas às da Europa, ofereciam aos jovens melhores “horizontes de expectativa (...) tornando críveis as perspectivas de inclusão no futuro” (CARDOSO, 2013, p. 302), fato que também explicaria que no Brasil não houvessem acontecido protestos da magnitude vista em outros territórios antes de junho de 2013. Esta interpretação concorda com os dados coletados em pesquisa de opinião em realizada em junho e julho de 2013, segundo a qual em junho 39,6% dos entrevistados considerou que a situação do emprego ia melhorar no Brasil, 45,4% acreditou que permaneceria igual e apenas 11,5% acho

² Integrantes dos movimentos de trabalhadores desempregados formados durante os anos 90.

³ Segundo dados de Cardoso (2013), um de cada 10 jovens entre 18 e 25 anos no Brasil não se encontra inserido no mercado de trabalho, nem na escola.



que ia piorar nos seguintes 6 meses. Ao mesmo tempo, 33,1% achou que a educação melhoraria, enquanto só 17% acreditou que iria piorar. (CNT/MDA, 2013)

É lógico então, que nem acadêmicos, nem governantes, esperassem acontecimentos de tal amplitude no Brasil. No entanto, protestos multitudinários começaram em tal contexto de suposto otimismo, e, apesar de serem iniciados por jovens estudantes que não estavam na condição de nem nem, a eles se uniram outras classes sociais, coletivos, organizações e grupos etários. Dadas estas condições particulares, surgem várias perguntas: Como e por que se produziram manifestações multitudinárias que sacudiram todo o território brasileiro? Qual o perfil dos manifestantes, e quais suas motivações para se expressar desta forma?

Os protestos começaram no primeiro semestre de 2013, quando os governos de várias capitais do Brasil decidiram aumentar o preço do transporte público. No Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, o reajuste foi de 20 centavos, efetivo a partir do dia 1º de junho. Ao mesmo tempo, o país se preparava para sediar a Copa das Confederações, evento prévio à Copa Mundial de Futebol programada no Brasil para 2014. Jornalistas do mundo inteiro estavam presentes para acompanhar o evento esportivo.

Como resposta ao aumento das passagens, no início de junho de 2013 o país se deparou com uma série de manifestações inesperadas em várias das capitais do país, protagonizadas por milhões de pessoas⁴. Os protestos chamaram a atenção não só da mídia nacional, mas da mundial, e foram evoluindo criando um clima de reflexão e crítica que foi muito além do preço das passagens.

O Relatório da rodada 114 (junho/julho) da pesquisa CNT/MDA (2013) permite ter um panorama geral dos participantes das manifestações durante o primeiro mês e de suas motivações. Segundo esta pesquisa 11,9% dos brasileiros participaram das manifestações, estimativa que se traduz em 17 milhões de manifestantes espalhados pelo país. A uma pergunta com respostas múltiplas sobre a forma como tomaram conhecimento dos protestos 60,7% dos participantes respondeu que via *Facebook* e 38,5% via sites de notícia. Para 49,7% dos participantes as manifestações estavam dirigidas contra os políticos em geral, ou contra o sistema político do Brasil (21%). A reivindicação mais importante na ótica dos manifestantes era o fim da corrupção (40,3%), seguida das melhoras ao sistema da saúde (24,6%), a reforma

⁴ Segundo estimativas publicadas no Correio Brasiliense quase 2 milhões de pessoas, em 438 cidades, participaram das manifestações, apenas no dia 20 de junho de 2013. http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/21/interna_brasil,372809/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml



política (16,5%) e melhorias na educação (7,8%). Note-se que passado o primeiro mês de manifestações, as melhoras no transporte público apenas apareciam no quinto lugar de prioridade para os manifestantes (4,6%).

A respeito dos motivos das manifestações o primeiro deles foi a insatisfação com a corrupção (55%), o segundo insatisfação com os serviços de saúde (47,2%), e o terceiro os gastos com a Copa do Mundo (47,7%). Mais um dado significativo mostra que 84,3 dos entrevistados aprova os protestos nas ruas.

Sobre o perfil da população que saiu para as ruas, uma pesquisa realizada também durante o primeiro mês de protestos (em sete estados e Brasília) indicou que 63% dos entrevistados tinham entre 14 e 29 anos de idade, 49% tinha ensino médio completo ou ensino superior iniciado e 43% ensino superior completo. 30% deles tinha renda familiar acima de dois até cinco salários mínimos, 26% acima de cinco até dez salários mínimos, 23% acima de dez salários mínimos, e apenas 15% têm renda familiar até dois salários mínimos.

Os dados apresentados permitem inferir que a população que saiu nas ruas pertencia predominantemente à classe média e encontrava-se inserida no sistema educativo ou no âmbito laboral. Não estamos falando, então, de protestos originados pela parcela da população excluída (na condição nem nem), ou sob condições de precariedade.

Serão esses protestos uma forma de crítica, entendida como o “questionamento da autoridade de um sistema de legitimação racional cujos imperativos se tornam absolutos? Seria pertinente perguntar se a corrupção, as condições de desigualdade, opressão e violência, mantidas no Brasil apesar do avanço em termos macroeconômicos, podem configurar um trauma social da forma como é definido por Ortega Martínez (2011, p. 30) como “os processos e os recursos socioculturais por meio dos quais as comunidades encaram a construção, elaboração e resposta às experiências de graves fraturas morais que se percebem como moralmente injustas e que se elaboram em termos coletivos”.

Haveria, nesses protestos, a potencialização de memórias referentes a ações que foram impedidas em outras épocas? Que tipo de voz e visibilidade buscam determinados segmentos da população quando organizam uma manifestação? A quem são dirigidas essas manifestações? São sinais de denúncia social ou advertências? Certamente, difícil seria escolher apenas um caminho para tecer considerações, pois provavelmente há uma imbricação de causas múltiplas que forma uma espécie de teia. Existem ainda outros interrogantes que devem ser considerados: será possível falar de produção de novas subjetividades e respostas



criativas no contexto dos protestos? As manifestações são, ao mesmo tempo, uma forma de poder da população e de expressar desacordo contra o poder estabelecido. Mas de que falamos quando nos referimos ao poder, e quais as implicações de desafiá-lo?

2. Os protestos como uma forma de poder e expressão da subjetividade

Os protestos de junho de 2013 chocaram o Brasil e o mundo. Como já foi dito, nem políticos, nem analistas esperavam acontecimentos desse tipo em um país com baixas taxas de desemprego e com um governo que mantinha, até esse momento, altos níveis de popularidade.

Vários governantes expressaram na mídia que desconheciam os motivos das manifestações. Tal desconhecimento é um indício do motivo pelo qual as manifestações se estenderam de tal forma e chegaram a tomar um caráter violento: os cidadãos encontraram nas ruas a forma de levantar a voz, de se expressar, se fazer escutar e se sentir participes. Diante de tais fatos, a primeira resposta das autoridades foi a repressão dos protestos por meio da violência policial. Por que foi essa a resposta governamental e quais os seus efeitos? A análise de 704 matérias⁵, veiculadas pelo site G1 durante o junho de 2013 sobre os protestos acontecidos em todo o território brasileiro, permitiu identificar que uma das motivações dos manifestantes para participar dos protestos foi o uso da violência por parte das forças policiais, embora ao mesmo tempo, parte dos manifestantes também fizessem uso dela. Os episódios de violência e os motivos das protestas tornaram-se durante esse período foco do debate na mídia.

Existem ao menos duas formas de pensar a relação entre violência e poder. Para alguns filósofos e sociólogos⁶ a violência é considerada uma expressão do poder; a violência seria, portanto, uma forma legítima do exercício do poder quando exercida pelo Estado. Tal consideração deriva-se da definição do poder como um instrumento de dominação. No entanto nem toda personificação do poder descampa para posturas autoritárias, de modo que a entre as estratégias de planejamento dos movimentos e as ações há um fosso imenso, exatamente pelo fato de ser um empreendimento voltado para a questão do poder, conforme assinalou Arendt (2010). Isso quer dizer que a experiência que, tanto o homem quanto grupos, tem de suas vidas pelo lado de

⁵ As matérias foram recuperadas a partir de uma busca avançada realizada com as palavras-chave “protestos e Brasil”, e depois categorizadas usando o programa Atlas-ti, para análise de dados qualitativos. A análise completa faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento no programa de pós-doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. As interpretações desses dados será apresentada na forma de artigo quando finalizada.

⁶ Wright Mills, Max Webber, Bertran de Jouvenel e Hobbes, entre outros.



dentro; bem como a história que tecemos sobre nossas vidas, tem como referente a um agente externo em relação às nossas ações. Por esse motivo, qualquer manifestação não pode ser apenas o emprego de meras técnicas de reivindicação e lutas, uma vez que deve ser perpassada por princípios éticos em relação aos quais o direito de uns não pode ser exercido sem considerar o direito de outros, pois “recusar os mesmos direitos fundamentais tanto aos que se encontram fora da comunidade como os que se encontram no seu interior é qualquer coisa que um ser humano não faz naturalmente” (ZIZEK, 2009, p. 50). Disso então depreende-se que essa recusa é uma violação da inclinação ética que deve mediar as negociações e os pactos celebrados entre os homens.

Na segunda perspectiva “o poder corresponde à habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido” (ARENDDT, 2010, p. 36).

Na prática poder e violência aparecem combinados e raramente em estado puro, o que não quer dizer que sejam o mesmo, pelo contrário, “o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja, [enquanto] o poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto” (ARENDDT, 2010, p. 40-41). Em outras palavras o poder é outorgado pelos acordos, e concessões; enquanto a violência depende de instrumentos que são utilizados para aumentar o vigor humano. Com tais instrumentos (armas) é possível conseguir que alguém aja conforme outro quer, mas não é possível adquirir poder.

A violência é normalmente usada pelos Estados naquelas circunstâncias em que o poder se vê ameaçado: quando não se reconhece mais a autoridade de um governo o uso da violência é sempre uma tentação para o governante. No entanto o paradoxo consiste em que tal violência terá o efeito de destruir o poder que tenta defender. Neste sentido Arendt afirma que “é insuficiente dizer que violência e poder não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada ao seu próprio curso ela conduz à desaparecimento do poder” (ARENDDT, 2010, p. 44).

Esta ideia, que pode ser observada de forma radical em contextos de governos tirânicos, serve para interpretar alguns acontecimentos antes narrados: diante das manifestações de junho de 2013 os governantes tentaram manter a ordem e o poder (que viam ameaçado) por meio do



uso da força policial, mas o efeito produzido foi inverso, as manifestações cresceram de tamanho, muitas pessoas se juntaram motivadas pela violência policial que presenciaram e os grupos de manifestantes, que também agrediam e saíam às ruas para quebrar e gerar confusão longe de serem contidos, também aumentaram. A violência, então, tanto policial, como dos manifestantes, cumpriu sua missão de atrair a atenção da opinião pública.

Sem perceber, as autoridades, que inicialmente decidiram reprimir as manifestações, atentaram contra o próprio poder que estava sendo questionado. Os protestos, nesse sentido, dão conta de que certo consenso já estava perdido antes de começarem as manifestações. As protestas em contra do aumento nas passagens apenas funcionaram como um estopim que detonou o restante das inconformidades cidadãs.

Mas este raciocínio também serve para pensar os efeitos do uso da violência por parte dos manifestantes. Qual o fim último dos manifestantes que decidem usar a violência? Tal violência encontra-se justificada e pode ter fim quando alcançado o objetivo?

Para Arendt (2010) a violência nunca é legítima, mas pode ser justificável quando se usa em defesa própria, sua justificativa se desmancha quando o fim distancia-se no tempo e se corre o risco de que a violência se torne o fim em si mesmo. “Ela não promove causas nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública” (p. 58). É o que se observa claramente nas manifestações, a violência foi usada para chamar a atenção, o que de fato aconteceu; a maior parte das matérias veiculadas pela mídia focavam nas ações de destruição e nos confrontos entre manifestantes e policiais. Ao mesmo tempo ela não parou quando as demandas começaram a ser escutadas pelos governantes; não se deteve quando o preço das passagens foi diminuído, nem quando foram propostas melhoras no sistema de saúde e de educação. Apesar dos pedidos de uma parcela dos manifestantes e a mudança aparente nos protocolos de ação da polícia, ela continuou. Uma pergunta permanece aberta, quem foram os participantes dos atos de destruição e qual sua motivação. A resposta freudiana, que explica tais atos pela suspensão da consciência moral nos fenômenos de massa, embora facilite a compreensão, parece insuficiente, dado o fato de que se formaram grupos radicais que defendiam o seu uso continuado durante as manifestações, fato que apoia a ideia de que a violência, mesmo que com um objetivo específico, facilmente se torna fim em si mesma.

A noção de poder construída por Arendt permite pensar as ondas de protestos realizadas no Brasil e em outros países como formas de exercício do poder e da construção da cidadania a



partir de ações da população. Em certo sentido os movimentos de protesto conseguiram mostrar a fragilidade de um aparente conformismo com o estado das coisas e juntar coletivos com demandas e meios diferentes, mesmo que alguns desses coletivos tenham tido como meta a radicalização. Longe de acabarem nesse primeiro mês, continuaram depois do fim da Copa das Confederações e derivaram em reflexões políticas, acadêmicas, mas também na formação de grupos radicais como os *Black Blocks*, que defendem a violência como forma de pressionar mudanças.

Manifestações de tal magnitude, que são explicadas por alguns dos participantes como protesta “contra tudo”, podem indicar a ruptura de um estado de passividade frente condições estruturais de desigualdade (CARDOSO, 2013) ou de subcidadania (SOUZA, 2003) na sociedade brasileira. Os protestos indicam que a desigualdade, a corrupção e a exclusão produziram na população brasileira fraturas morais percebidas como moralmente injustas. Ao mesmo tempo, essas fraturas morais, que podem ser catalogadas como uma forma de trauma social que se expressa na indignação cidadã (ORTEGA MARINEZ, 2011), permitem a formação de mecanismos de criação e demandas de transformação e reconhecimento.

As dificuldades para responder os interrogantes expostos no texto indicam que é necessário indagar de forma mais detalhada o sentido das manifestações no Brasil. Consideramos que as manifestações também são signos do mal-estar e da resistência a respeito dos modos de subjetivação dominantes na contemporaneidade. Devemos assim concluir que os movimentos de resistência podem produzir dobras e, dessas dobras podem decorrer a produção de novas subjetividades como mecanismos de construção de memória e ação, que podem motivar mudanças sociais e culturais.

Apesar das dificuldades podemos nos aventurar a algumas especulações. Quando se trata de situações como as manifestações devemos considerar que, muitos daqueles que se envolvem em movimentos de protestos expressam a necessidade de ação sem que seja considerado um tempo para reflexão, pois partem do pressuposto de que diante de uma dada situação urge agir. Não obstante, se analisarmos a fundo essa possibilidade poderíamos ver que se trata de um falso sentimento de urgência no contexto do mundo pós-industrial cuja lógica é a acumulação de capital para fazer frente ao consumo.

Se consideramos que os jovens encarregados das manifestações pertencem a um segmento da população denominado classe média, sabemos que se trata de pessoas que vivem em um mundo virtual, protegidas por inúmeras barreiras ilusórias como sistemas de segurança



em verdadeiras ilhas de condomínios fechados e que, de certo modo, não têm uma clareza do que seja a realidade exterior. Por isso, salientamos que, embora as manifestações sejam uma forma de resistência e certamente produção de subjetividade, devemos considerar que existem situações em relação às quais a única coisa que pode ser feita é resistir a tentação de uma “ação imediata para esperar e ver por meio de uma análise crítica e paciente. A exigência do compromisso parece exercer sobre nos a sua pressão por todos os lados” (ZIZEK, 2009, p. 14).

Partindo dessa premissa podemos refletir que o jovem das manifestações acreditava ter condições de tomar decisões que respondesse pela sua liberdade, de modo a assumir a responsabilidade pela escolha. Esse jovem não contava com a infiltração de outros grupos, (*black blocks*, mascarados) que se utilizaram da situação para provocar terror. Eis uma via obscena que surgiu no seio das manifestações do que resultou um grande dilema: prosseguir nos movimentos de protestos ou recuar. Quer dizer: resistir ou omitir-se para evitar produzir danos sociais com ação de atores de microgrupos terroristas. Essa situação nos colocam diante de duas possibilidades.

Em primeiro lugar, é preciso resistir as formas de dominação e esmagamento do poder público e, ao mesmo tempo, resistir ao fascínio da violência exercida por agentes sociais cujo fim é a destrutividade e não a reivindicação de direitos, pelo menos no que tange a possibilidade de pensar em uma totalidade e não apenas em células segmentadas representadas por determinadas categorias sociais.

Em segundo lugar, há a questão do pertencimento. A sociedade exige do homem a atitude de pertencer. No entanto essa atitude revela um momento paradoxal, pois há, de um lado, a ordenação social a que o homem deve se submeter, pelo menos, minimamente; por outro, há a questão da escolha que entra em conflito com a ordenação social que é imposta ao homem, como por exemplo, amar ao país ou aos pais. Estamos assim diante de um grande paradoxo: querer escolher e submeter-se a uma ordenação.

Se estamos no contexto do pertencimento não podemos pensar em uma querer pela possibilidade de tudo escolher, pois a livre escolha fora de qualquer princípio de ordenação social não passa de um gesto sem sentido para o homem que levaria ao nivelamento de sua subjetividade, sem possibilidade de expressão de suas singularidades.

Disso então concluímos que a liberdade de escolha, em muitas ocasiões da vida, não passa de um mero gesto formal de consentimento.



REFERÊNCIAS

- ARENDDT, A. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder*. Valencia: Edições Catedra, 2011.
- CARDOSO, A. Juventude trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Recuperado em 16 de dezembro, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br
- CNT/MDA. *Pesquisa CNT/MDA Relatório Síntese Rodada 114*. Recuperado em 14 de dezembro de 2013, <http://www.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/Relatorio%20SINTESE%20-%20CNT%20JULHO2013%20-%20R114%20-%20FINAL.pdf>
- CORREIO BRASILIENSE. Quase 2 milhões de brasileiros participaram de manifestações em 438 cidades. Recuperado em 12 de dezembro, 2013, de http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/06/21/interna_brasil,372809/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades.shtml
- DANTAS, C. G. e DODEBEI, V. (2012). Memórias anônimas: uma navegação entre conceitos e artefatos digitais. In: PINTO, D. S. e FARIAS, F. R. (orgs.). *Novos apontamentos em memória Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 113-126.
- FOUCAULT, M. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. In: L. HUBERT e P. RABINOW (Org.), *O sujeito e o poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- G1 VEJA PESQUISA COMPLETA DO IBOPE SOBRE OS MANIFESTANTES. RECUPERADO EM 14 DE DEZEMBRO, 2013, DE [HTTP://G1.GLOBO.COM/BRASIL/NOTICIA/2013/06/VEJA-INTEGRA-DA-PESQUISA-A-DO-IBOPE-SOBRE-OS-MANIFESTANTES.HTML](http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-a-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html)
- GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47). Recuperado em 15 de dezembro, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br, 2011.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2009.



- LYOTARD, J. F. *Defining the postmodern*. Posmodernism. ICA Documents, 4, 6-7, 1986.
- _____. *La condición postmoderna*. Madrid, España: Ediciones Cátedra, 1987.
- OLIVEIRA, L. A. Um corpo estranho: civilização e pós-humanismo. In: Novaes, A. (org.) *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ORTEGA MARTÍNEZ, F. Trauma, cultura e história: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio. In: F. Ortega (Org.), *El trauma social como campo de estudios* (p.p. 17-62). Bogota: Universidad Nacional, 2011.
- PATIÑO, R. *Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- SOUZA, J. (2003). A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- RUIZ SILVA, A. Texto, testimonio y metatexto. El análisis de contenido en la investigación en educación. *La práctica investigativa en ciencias sociales*. Jiménez Becerra, Absalón; Torres Carrillo, Alfonso DCS, Departamento de Ciencias Sociales. UPN, 2006. Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá. 2006. Recuperado em 20 de janeiro, 2011, de: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/dcsupn/pracinve.pdf>
- SANTOS, B. de S. (1998). *De la mano de Alicia: lo Social y lo Político en la Postmodernidad*. Bogotá, Colombia: Ediciones Uniandes, 1998.
- SVAMPA, M. Cambio de época: movimientos sociales y poder político. Buenos Aires, Argentina: Clacso- Siglo Veintiuno, 2008.
- ZIZEK, S. *Violência*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.